

“SONHOS SOBRE A JANELA”

Educação, Linguagem e Memória

Ana Paula Nunes Melo¹

Introdução

O texto apresenta uma análise de uma política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que, em sua experiência, traduz-se como a realização de sonhos e reencontros e tece narrativas e histórias de vidas Marias, a partir da analogia entre o curta-metragem “Vida Maria” e o Programa Salvador Cidade das Letras (PSCL)². Nessa analogia, fica evidenciado que o desejo de apreender é suplantado pelas sub-condições da existência.

O Salvador Cidade das Letras integra o Programa Nacional Brasil Alfabetizado³ e surge em 2006, por meio da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMEC) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério de Educação (MEC), com o objetivo de possibilitar o acesso, a superação dos limites postos no processo de alfabetização, a elevação da escolaridade e, também, a pensar a educação como elemento da emancipação de pessoas jovens e adultas não alfabetizadas.

No texto, pretendemos desvelar os meandros da educação brasileira e como o seu processo de organização e estruturação esteve associado à uma compreensão de sociedade e de Estado excludente

O presente resumo “Sonhos sobre a Janela” se insere na temática de Formação e Gestão de Processos e a metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória, através do estudo de caso, com análise de documentos e da observação participante, realizadas nas formações de alfabetizadores e

¹Ana Paula Nunes Melo, Pedagoga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, da Universidade do Estado da Bahia e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação, Universidade e Região (EDUREG).

² O Programa Salvador Cidade das Letras (PSCL) é realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Salvador (SMEC) em parceria com a SECAD/MEC

³ Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é federal, desenvolvido pelo Ministério de Educação (MEC) através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) em parceria com as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

coordenadores de turma e no acompanhamento do Programa Salvador Cidade das Letras.

O objetivo é perceber o papel desempenhado pela Secretaria Municipal de Educação, tendo como foco as implicações, os avanços e os desafios na implantação e implementação de ferramentas para a avaliação das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos, na capital baiana,

Vida Maria: Uma analogia com o programa Salvador Cidade das Letras

Educar é socializar, já dizia o pai da sociologia Emile Durkheim. A Educação de Jovens e Adultos é o encontro de histórias de vidas de muito brasileiros, vidas narradas como “Vida Maria⁴”, onde o desejo de aprender é suplantado pelas sub-condições da existência. Existência que pode colocar os nossos sonhos sobre a janela, deixando-os para o futuro, que ao invés de mudança poderá ser de conservação e manutenção das mesmas condições de vida.

A interrupção do ciclo vicioso, onde sonhos morrem sobre a janela, é que o Programa Salvador Cidade das Letras tenta superar, na medida em que as condições de existência, embora sejam importantes, não podem ser consideradas como fator de impedimento para a aprendizagem da língua escrita, e sim uma possibilidade de superação, unindo sociedade e governos para ações que sustentem o processo de alfabetização e, conseqüentemente, a elevação da escolaridade das pessoas jovens e adultas, garantindo a esse público o direito pleno à educação.

Este é o primeiro desafio a ser compreendido no percurso formativo dos Coordenadores e Coordenadoras de Turmas, Alfabetizadores e Alfabetizadoras do Programa: entender que o processo de alfabetização não é um problema exclusivo das políticas públicas de educação, mas sim de um conjunto de políticas sociais. Ou seja, um conjunto de outros direitos humanos que estão

⁴ “Vida Maria”, é um curta-metragem em animação 3D, produzido pelo diretor Márcio Ramos, em 2006, que tem como personagem principal Maria José, uma menina de 5 anos, com seus sonhos interrompidos ainda criança, quando precisou abrir mão de suas descobertas, das letras, dos estudos, para se dedicar ao trabalho. Ela cresce, conhece Antônio e se casa, tem filhos, entre eles Maria de Lourdes, e o ciclo se repete, reproduzindo o seu passado no futuro da filha.

intrinsecamente associados à educação, tais como: o direito à saúde, ao trabalho, à habitação, à cultura, à alimentação e à segurança.

Nesse sentido, analisar o estágio atual das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos, desenvolvidas pela SMEC, é fundamental para a compreensão de um segundo aspecto desta formação: a atuação sistêmica e integrada com os entes federativos – União, Estado e Municípios –, bem como a articulação intersetorial para garantir os dois principais objetivos do Programa — a alfabetização e a continuidade do processo de escolarização da população de jovens e adultos.

A articulação pressupõe um método, e este deve estar em consonância com a complexidade do desafio proposto, uma vez que, para cada esfera de governo, existe uma competência de atuação. Agir em rede é um princípio para o fortalecimento das políticas de Educação de Jovens e Adultos, pois assegura a oferta e pressupõe ações estratégicas. Essas ferramentas nos foram apresentadas em duas ações que consideramos complementares.

A primeira ação, a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, a qual articula governos e sociedade civil para a identificação de demandas sociais e consequente institucionalização nas redes de ensino estaduais e municipais.

A segunda, o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e o Projeto Político Pedagógico (PPP), nos quais as ações vinculadas à Educação de Jovens e Adultos não se constituem em um apêndice das demais ações das escolas e, sim, integrantes de um plano de fortalecimento nas dimensões de práticas pedagógicas, infra-estrutura e recursos pedagógicos, gestão educacional, avaliação e formação de professores.

Dessa forma, entendemos que a atividade de Coordenação aponta para um assessoramento técnico-pedagógico que fortaleça as equipes técnicas que integram o Programa no âmbito dessas escolas e, também, desenvolva mecanismos de acompanhamento que possibilitem a indução da institucionalização dessa modalidade de ensino.

Esse assessoramento técnico-pedagógico pressupõe: a mobilização dos(as) alfabetizadores(as); a compreensão da organização técnica, espacial, pedagógica e física das Unidades Escolares que ofertam a Educação de Jovens e Adultos (EJA); o planejamento de programa de formação continuada

de professores em consonância com o desenvolvimento da EJA no interior das políticas municipais de educação, principalmente no fortalecimento do financiamento das ações da EJA pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (FUNDEB).

Outra vertente de atuação é a orientação dessas equipes técnicas nos pressupostos do Programa, não só nas ações que correspondem à formação do(a) professor(a) alfabetizador(a) e do(a) professor(a) da EJA, considerando as experiências existentes de formação que hoje são desenvolvidas pelas agências formadoras, mas também no desenvolvimento, gestão das turmas de alfabetização, no acompanhamento, monitoramento das metas propostas e na consolidação do Plano Plurianual de Alfabetização (PPAlfa).

Isso posto, consideramos que um grande desafio para o trabalho dessa Coordenação é não deixar se levar pelo grito conservador e desestimulante da mãe de Maria, que larga os seus escritos carregados de sentidos sobre a janela, sentidos que poderiam projetar um futuro melhor. Ademais, a janela pode se tornar um verdadeiro portal que levaria a outra dimensão, que é a concretização das ações e, no caso do Programa Salvador Cidade das Letras, a continuidade dos estudos com elevação da escolaridade das pessoas jovens e adultas.

Considerações finais

Assim, ao refletirmos como se deu o processo de construção das políticas públicas de educação no Brasil, principalmente a compreensão da educação como direito, é nítido percebermos o quanto a educação pode servir tanto para a inclusão como para exclusão.

E se a educação não é privilégio e está assentada nos princípios republicanos da igualdade, fraternidade e liberdade, como podemos explicar a Pedagogia do Oprimido tão bem discutido por Paulo Freire e analisar a sua experiência de Angico, marco da educação popular e de jovens e adultos na educação brasileira? Assim, a pedagogia da autonomia chegou para estes, onde o sábio Freire indica que “gosto de ser gente pois sei que inacabado sou”.

A consciência de ser inacabado, por humano que somos, nos faz levar à compreensão do processo inicial e compreendermos que, como educadores,

num país em que historicamente a educação sempre esteve colocada como privilégio, é que temos de aprender que a “educação não é privilégio”, e sim um instrumento para a construção da democracia (TEIXEIRA, 1994).

Portanto, ainda se faz necessário pensarmos em oportunidades para a construção e soluções coletivas que possam viabilizar o que consideramos uma questão ainda a ser superada no processo de institucionalização da EJA, nas redes municipais de educação: a continuidade dos estudos dos jovens e adultos egressos dos diversos programas e das políticas públicas de alfabetização.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

RAMOS, Joelma e RAMOS, Márcio. **Vida Maria**. Produção Trio Filmes, 2006. Disponível em 30/03/2015 www.viacg.com.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.